

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: Conhecimento e Inclusão Social

ATA DA REUNIÃO DO COLEGIADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL, DO DIA 18/05/2020.

Aos dezoito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte, às 09h, realizou-se uma reunião do Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, via webconferência, através do link <https://conferenciaweb.rnp.br/webconf/vanessa-ferraz-almeida-neves>. Estiveram presentes os seguintes professores: Andrea Moreno, Coordenadora do Programa; Vanessa Ferraz Almeida Neves, Subcoordenadora do Programa; Maria da Conceição Ferreira Reis Fonseca, Coordenadora da Comissão de Acompanhamento e Autoavaliação do Programa; Adriana Araújo Pereira Borges, Coordenadora da Comissão de Acompanhamento Discente do Programa; Renata Lima Aspis, Coordenadora da Linha de Pesquisa: Currículos, Culturas e Diferença; Suzana dos Santos Gomes, coordenadora da Linha de Pesquisa: Docência: processos constitutivos, professoras/es como sujeitos socioculturais, experiências e práticas; Francisco Ângelo Coutinho, Coordenador da Linha de Pesquisa: Educação e Ciências; Gilcinei Teodoro Carvalho, Coordenador da Linha de Pesquisa: Educação e Linguagem; Vanessa Sena Tomaz: coordenadora da Linha de Pesquisa: Educação Matemática; Ana Maria Rabelo Gomes, Coordenadora da Linha de Pesquisa: Educação, Cultura, Movimentos Sociais e Ações Coletivas; Marcus Aurélio Taborda de Oliveira, Coordenador da Linha de Pesquisa: História da Educação; Ademilson de Sousa Soares, Coordenador da Linha de Pesquisa: Infância e Educação Infantil; Eucídio Pimenta Arruda, Coordenador da Linha de Pesquisa: Política, Trabalho e Formação Humana; Maria Rosimary Soares dos Santos, Coordenadora da Linha de Pesquisa: Políticas Públicas de Educação; Luiz Paulo Ribeiro, Coordenador da Linha de Pesquisa: Psicologia, Psicanálise e Educação; Tânia de Freitas Resende, Coordenadora da Linha de Pesquisa: Sociologia da Educação: Escolarização e Desigualdades Sociais. Também estiveram presentes os representantes discentes Neilton dos Reis Goularth e Lorena Mara de Jesus Sodré e a Pró-Reitora Adjunta da PRPG, Profa. Sílvia Alencar. Verificado o quórum regulamentar, a Profa. Andrea Moreno agradeceu a presença da Profa. Sílvia e iniciou com os

INFORMES: 1 - Bolsas PNPD – A Profa. Andrea informou que, conforme esperado, o sistema para implementação de novas bolsas PNPD não foi aberto pela Capes e tudo indica que não será aberto para novos bolsistas. Por esse motivo, todas as bolsas PNPD em curso foram renovadas pela secretaria. Foram renovadas 04 bolsas no total. Uma bolsa foi perdida pelo Programa porque o residente pós-doutoral terminou sua pesquisa antecipadamente e a sexta bolsa está vigente até o mês de setembro. A Profa. Andrea informou, ainda, que o resultado da distribuição de bolsas de mestrado e doutorado pelo edital complementar já está na página do PPGE. Foi possível ocupar todas as bolsas de mestrado, mas 03 bolsas de doutorado permaneceram ociosas. **2 - Bolsas PIFD** – A Profa. Andrea explicou que as Bolsas PIFD são bolsas concedidas a alguns cursos, no caso da FaE, ao FIEI e ao Lecampo. A Profa. Andrea disse ter ficado receosa em assinar as autorizações para que os alunos do PPGE recebessem as Bolsas PIFD, pois a Capes está apurando casos de acúmulo de bolsas, sendo que alguns alunos do PPGE foram obrigados por decisão judicial a devolver o dinheiro recebido indevidamente ao acumularem bolsas CAPES e FNDE. Por esse motivo, a Profa. Andrea explicou que a coordenação resolveu ser mais cuidadosa com relação à assinatura de certos documentos, o que inclui as bolsas PIFD. Como o Lecampo fez seleção de bolsistas, a coordenação recebeu pedidos de assinaturas em termos de autorização por parte dos alunos do PPGE. O Prof. Luiz Paulo, coordenador do Lecampo, consultou a Prograd, obtendo a informação de que essas bolsas são acumuláveis. Os termos de autorização serão, portanto, assinados pela coordenação do PPGE. **3 - Relatório Sucupira - PDFs dos livros autorais publicados em 2017 e 2018** – A Profa. Andrea informou que a Plataforma Sucupira foi reaberta para que sejam inseridos os PDFs dos livros autorais publicados pelos professores do PPGE em 2017 e 2018. O envio dos PDFs já foi solicitado pela coordenação aos docentes via email. O prazo da CAPES para que a inserção dos PDFs seja feita no sistema é dia 05 de junho de 2020. Sendo assim, a coordenação pede aos professores que

enviem os PDFs por email até o dia 30 de maio de 2020. A Profa. Andrea lembrou que se os PDFs não forem anexados à Plataforma Sucupira, os livros não poderão ser indicados como uma das 04 melhores produções do professor no quadriênio. **PAUTA: 1) Processo Seletivo 2021 com a presença da Profa. Silvia Alencar, Pró-Reitora Adjunta da PRPG** – A Profa. Andrea lembrou que a UFMG tem todo um calendário, inclusive para a solicitação de vagas para o Processo Seletivo 2021. Em seguida, disse que iria passar a palavra aos coordenadores de linha para que trouxessem os retornos de suas discussões com as linhas e depois a Profa. Silvia falaria do ponto de vista da PRPG. A Profa. Andrea ressaltou que o Processo Seletivo do PPGE é muito complexo, envolvendo cerca de 500 candidatos e diversos professores. É um processo muito desgastante e isso influencia nas decisões que o Colegiado deve tomar sobre que tipo de seleção seria possível fazer neste contexto. Com isso, passou a palavra à Profa. Suzana, que disse não ter recebido, até o momento, nenhuma contribuição da linha de Docência. O Prof. Ademilson, disse que a linha Infância e Educação Infantil refletiu sobre 4 pontos: necessidade de agilizar o processo; quantitativo de vagas; possibilidade de abrir vagas só para o doutorado; DLA. 1- Em relação ao primeiro ponto, ponderou que o processo deve ser mais leve em todas as suas dimensões e etapas; 2 – No que se refere ao segundo ponto, defendeu a manutenção da realização do processo, mas que o quantitativo de vagas pudesse estar associado ao fluxo, tendo em vista as bolsas; 3 – Quanto ao terceiro ponto, disse que a própria linha abrirá vagas apenas para o doutorado, tendo em vista o contexto da pandemia. 4 – No que diz respeito ao DLA, enfatizou que este é um curso já consolidado, mas que é preciso fortalecê-lo cada vez mais. A Profa. Vanessa Neves complementou a fala do Prof. Ademilson em relação ao DLA atentando para a necessidade da obrigatoriedade de o aluno brasileiro fazer um sanduíche na América Latina, em um momento em que não é possível saber se os alunos poderão fazê-lo. A Profa. Andrea destacou dois pontos da fala do Prof. Ademilson. Expressou sua preocupação em relação a todo o desmonte que a pós-graduação está vivendo e ressaltou que o PPGE tem reservado bolsas para o DLA, mas tem receios. Lembrou que o próprio CNPq já falou que as bolsas serão distribuídas de uma nova forma, e que não virão mais diretamente para o Programa. A Profa. Andrea salientou, ainda, que o Colegiado já aprovou várias simplificações em relação ao Processo Seletivo que já vinham sendo discutidas antes da pandemia, mas essa pauta ficou um pouco em suspenso. Enfatizou que é preciso voltar a dar encaminhamento a essa discussão, pois a simplificação do edital também pode significar a necessidade de alteração no sistema, o que precisa ser avaliado. A Profa. Ana Gomes disse que a linha de Educação, Cultura, Movimentos Sociais e Ações Coletivas reafirma que o Processo Seletivo deve ser feito, porém de forma simplificada. A linha defende que seja retirada a prova escrita para o mestrado, e que seja feita apenas análise do projeto de pesquisa e defesa oral do projeto de pesquisa. O Prof. Eucídio informou que a linha Política, Trabalho e Formação Humana vai oferecer vagas apenas para o doutorado. Expressou a preocupação da linha em relação ao processo seletivo para o mestrado, já que o PPGE não dispõe de tecnologia para aplicar a prova escrita à distância. O Prof. Eucídio considerou a proposta da linha de Movimentos Sociais, exposta pela Profa. Ana Gomes, interessante. O Prof. Marcus Tabor da relatou que fez uma consulta à linha de História da Educação, e que três professores foram a favor do cancelamento do Processo Seletivo 2021 devido às dificuldades que deveriam ser enfrentadas para tal e também pela necessidade de se fazer uma avaliação rigorosa do Programa, parecendo ser este um momento propício para isso. Informou, ainda, que outros quatro professores da linha não se manifestaram em relação ao tema. O Prof. Francisco expôs a grande preocupação da linha de Educação e Ciências em relação ao assunto, pois este será um ano atípico. Ponderou que a diminuição do número de vagas não diminuiria o número de candidatos inscritos e expressou sua preocupação em realizar um processo seletivo de forma presencial. Também enfatizou sua preocupação com as pesquisas que, muitas vezes, são realizadas em escolas. Uma solução seria o Processo Seletivo à distância, mas essa medida não resolveria totalmente o problema, pois não se teria garantia de continuidade do curso. O Prof. Gilcinei disse que a linha de Educação e Linguagem tem muitas dúvidas em relação a como o Processo Seletivo poderia ser encaminhado e disse que esperava que ideias e soluções surgissem nesta reunião. Expressou sua preocupação com a descontinuidade no ingresso de estudantes caso o Processo Seletivo não seja realizado, o que poderia afetar o número de bolsas do Programa. Também informou que alguns professores da linha estão em processo de aposentadoria e que pretendem investir apenas no mestrado. A Profa. Tânia disse que a linha de Sociologia da Educação sentiu que faltavam informações para que a linha pudesse fazer uma sugestão mais clara em relação ao tópico, mas que, de modo geral, a linha considerou manter o processo numa perspectiva de simplificá-lo o máximo possível. A Profa. Tânia indagou quais são

as condições de a UFMG estender os prazos para os programas devido ao contexto atual, pois, a princípio, de acordo com o calendário da UFMG, as vagas para o Processo Seletivo 2021 devem ser solicitadas até o final do mês de maio. O Prof. Luiz Paulo relatou que alguns dos professores da linha de Psicologia, Psicanálise e Educação também disseram que não têm informações suficientes para opinar sobre o assunto neste momento. Também destacou que as Profas. Mônica Rahme e Taisa destacaram a importância do edital para pessoas com deficiência. Além disso, indagou qual seriam as consequências para a FaE se fossem oferecidas apenas vagas para o doutorado. O Prof. Luiz Paulo ponderou que, se não forem oferecidas vagas de mestrado pelo PPGE, os candidatos poderão migrar para o Promestre. A Profa. Andrea expôs sua preocupação em relação tanto ao edital para o DLA, quanto ao edital de vagas suplementares, devido aos procedimentos que ambos envolvem, e que não se trata de uma seleção que se possa fazer facilmente à distância, pois é preciso uma grande estrutura. A Profa. Andrea lembrou que a questão sobre o reduzido número de vagas oferecidas tanto para o DLA quanto para o edital de vagas suplementares já havia sido levantada no ano passado. Considera ser necessário pensar o número de vagas, fazer com que as linhas se envolvam. A Profa. Renata relatou que a linha Currículos, Culturas e Diferença fez uma análise de conjuntura e que uma professora foi contrária à realização do Processo Seletivo, duas ficaram em dúvida e três professores são favoráveis. A Profa. Renata disse que a linha julga que esse não é um momento para recuar e deixar de fazer o Processo Seletivo. Este deve ser mantido como uma postura política. É necessário manter o Programa funcionando com qualidade o máximo possível. Além disso, a linha acredita que uma estratégia que pode ser adotada é colocar uma tônica política nessa seleção, mostrando que o PPGE é um Programa de inclusão. Para isso, é necessário colocar a questão do papel político do intelectual hoje e pensar o que é possível ser feito em relação ao tipo de política pública que está sendo feita no Brasil. A Profa. Renata expôs que a linha defende que isso pode ser alcançado por meio dos temas que serão postos no edital de forma que fique explícito que a intenção do PPGE é discutir a atual conjuntura. Essa estratégia também deve levar em consideração o barema do currículo, pois é necessário pensar o que se deve priorizar em relação ao currículo do candidato e selecionar aqueles que se propõem a fazer pesquisa como resistência política. A Profa. Renata apontou outras táticas sugeridas pela linha como a extensão do calendário e a utilização de recursos tecnológicos para fazer o processo à distância. Disse que a linha defende que o Processo Seletivo para o doutorado seja feito como de costume, considerando-se a análise do projeto e a defesa oral do projeto e que o PPGE ofereça vagas tanto para o doutorado quanto para o mestrado, retirando do Processo Seletivo para o mestrado, a prova escrita. Como compensação pela ausência da prova escrita para o Processo Seletivo para o mestrado, a linha sugere a obrigatoriedade da leitura de um livro que fosse condizente com a proposta de tônica política do PPGE e que fosse solicitado ao candidato ao mestrado que estabelecesse as possíveis relações de seu projeto de pesquisa com esse livro durante a defesa oral do projeto, fazendo-se, assim, essa etapa do Processo Seletivo em duas vertentes. A Profa. Maria Rosimary disse que a linha de Políticas Públicas em Educação é favorável à manutenção do Processo Seletivo para mestrado e doutorado pelo caráter público da universidade e pelo Programa ser inclusivo. A linha é favorável à manutenção da prova escrita para o mestrado e, no caso desta ser feita presencialmente, que fossem mantidas as medidas de distanciamento entre os candidatos, pensando-se em um processo que ocorresse mais para adiante. Além disso, a Profa. Maria Rosimary informou que a linha defende a prova escrita para o mestrado no modelo de uma questão única sobre um tema geral que abordasse a educação, com caráter político e comum a todos os candidatos. Também expressou a preocupação da linha em relação aos editais de vagas suplementares e DLA. Propôs a ideia do rodízio das linhas para que seja aumentado o número de vagas oferecidas nesses editais. A Profa. Vanessa Tomaz disse que a linha Educação Matemática acredita ser importante a realização do Processo Seletivo para evitar descontinuidade e desmobilização. Defendeu que o processo deve ser feito completamente à distância, oferecendo-se vagas em todas as modalidades, para mestrado e doutorado e que, excepcionalmente, a prova escrita deveria ser excluída para o mestrado. A Profa. Andrea passou a palavra à Profa. Silvia, agradecendo, mais uma vez, a sua presença e ressaltando a importância de escutar como a PRPG tem se posicionado e como os demais Programas da UFMG estão se organizando. A Profa. Silvia esclareceu que a PRPG está funcionando normalmente, sendo os atendimentos feitos por email e WhatsApp. A Profa. Silvia sinalizou que necessita apenas de um aviso do Programa se o Colegiado decidir que não irá indicar as vagas até o final de maio, pois o calendário é flexível. Esclareceu, ainda, que a PRPG não está aprovando editais que tenham previstas etapas presenciais para processos seletivos, pois ainda não existe previsão de quando as atividades presenciais serão retomadas. Sendo assim, a PRPG

optou por não aprovar algo que eventualmente não será possível cumprir. A Profa. Silvia informou que houve uma reunião do CEPE na semana anterior e que foram apresentadas propostas de como retomar as atividades, mas sempre de forma remota, sem previsão para atividades presenciais. Ressaltou que a PRPG vai consultar todos os colegiados para planejar o que pode ser feito à distância e o que não é possível, focando sempre na qualidade. Enfatizou, ainda, a importância de se ter o aval dos docentes e discentes envolvidos e ver o que é possível fazer de forma bem feita e à distância na pós-graduação. Ponderou que, aos poucos, todos estão se adaptando, fazendo encontros de grupos de pesquisa e reuniões com alunos à distância e informou que será enviado um ofício da PRPG aos colegiados sobre isso. Em relação aos processos seletivos, explicou que em alguns programas, estes já estavam abertos e tiveram que sofrer retificações, pois todos aqueles que previam etapas presenciais foram suspensos. Ressaltou que os programas têm feito propostas variadas, sendo que muitos desistiram da prova escrita, e esclareceu que as etapas ficam a critério do Colegiado. Em relação às bolsas, a Profa. Silvia explicou que o CNPq anunciou que já no segundo semestre de 2020 a distribuição de bolsas não seria mais pelos programas. No entanto, a PRPG ainda não sabe exatamente como essa distribuição será feita. Sabe que será por edital, mas não tem muitas informações sobre como o CNPq irá proceder, estando o sistema, inclusive, fechado neste momento. A Profa. Andrea lembrou que o PPGE conseguiu implementar as bolsas CNPq em março. A Profa. Silvia disse que a PRPG não recebeu nenhum comunicado oficial da Capes sobre o PNPD. Acredita que as bolsas PNPD serão recolhidas e repassadas através de outros programas. Quanto ao calendário da UFMG, A Profa. Silvia esclareceu que este é definido pelo CEPE e que a ideia é colher informações junto aos colegiados e também à graduação para averiguar a possibilidade de realização de atividades de forma remota com os estudantes, se estes têm acesso à internet e equipamentos. A DTI também está trabalhando em paralelo no que diz respeito a tecnologias que possibilitem o retorno das atividades o quanto antes e com qualidade. Ressaltou que é justamente qualidade e equidade o que se tem tentado alcançar. A Profa. Silvia atentou para o fato de que não fazer o processo seletivo significa deixar bolsas ociosas, sendo que não existe nenhuma garantia de que essas bolsas não serão recolhidas. Acredita que o PPGE seja capaz de realizar um processo seletivo de forma totalmente remota, mesmo porque este já prevê em edital a possibilidade de prova de defesa de projeto à distância. A Profa. Ana Gomes reforçou que, na reunião do CEPE, a reitora deixou claro que a UFMG não está parada e o calendário não está suspenso, apenas as atividades presenciais estão suspensas. Por isso, é importante realizar o processo seletivo. A universidade está se adequando às contingências, mas os servidores continuam trabalhando. A Profa. Ana Gomes enfatizou a importância de se fazer um processo seletivo simplificado e totalmente à distância. Disse que a linha Educação, Cultura, Movimentos Sociais e Ações Coletivas propôs que fosse feita avaliação de projeto e memorial, ou que constasse algo semelhante a um memorial no início do projeto, para os candidatos ao mestrado, mas que isso não foi um consenso na linha. Acredita que não seria prudente, nesse momento, criar uma situação de constrição dos candidatos, mas que a primeira questão que deve ser tratada é a temática que será abordada com esses candidatos. Defende a manutenção do processo seletivo, mas desenvolvendo-se estratégias para realizá-lo neste momento de contingência. A Profa. Silvia reconheceu ser um desafio a realização dos editais de vagas suplementares com as dificuldades enfrentadas neste momento, mas afirmou que toda a equipe da reitoria, incluindo o NAI, está disponível para auxiliar os programas no que for preciso. A Profa. Silvia esclareceu que, do ponto de vista administrativo, não tem nenhum problema realizar o processo seletivo apenas para o doutorado, mas ponderou que o Programa deve avaliar os impactos dessa decisão, pois existem muitos candidatos com expectativa de se inserir no curso de mestrado. Acredita que a reflexão deve ser individualizada linha a linha, porque cada uma tem suas especificidades, mas sempre lembrando que esta seria uma ruptura que traria consequências a longo prazo. A Profa. Andrea agradeceu as contribuições e esclarecimentos da Profa. Silvia e pediu que os coordenadores de linha sejam muito ativos na organização desse processo que deverá ser discutido pelo Colegiado. A Profa. Andrea salientou a importância de se decidir algumas diretrizes mínimas. Muitos professores são favoráveis à realização do processo seletivo, sendo que apenas alguns professores da linha de História da Educação e uma professora da linha de Currículos, Culturas e Diferença foram contra. Sendo assim, a Profa. Andrea entendeu que o Processo Seletivo será realizado, o que todos concordaram. Como a Profa. Silvia falou em dilatação do calendário, a Profa. Andrea ponderou que a discussão sobre as vagas para o Processo Seletivo 2021 poderia retornar para as linhas, deixando a decisão para a próxima reunião do Colegiado. A Profa. Vanessa Neves ressaltou que o primeiro ponto de discussão seria definir se o processo seletivo deve ser mantido para mestrado e doutorado e o que

significaria essa decisão, tanto em termos administrativos, em relação aos professores que estão ingressando no Programa como colaboradores e que, portanto, podem oferecer apenas vagas para o mestrado, quanto em termos políticos. A Profa. Andrea disse estar convencida de que é preciso fazer o processo seletivo tanto para mestrado quanto para doutorado, mas queria dividir a preocupação de alunos e professores em relação às bolsas, já que todas as bolsas CAPES que forem renovadas por 3 meses não serão reabertas em março, sendo liberadas apenas após o término das prorrogações. Além disso, é possível que o PPGE não tenha bolsas CNPq em março, ou seja, não existe nenhuma garantia de bolsas. A seguir, a Profa. Andrea disse que, se está claro para todos que o processo seletivo acontecerá em todas as suas modalidades, que incluem mestrado, doutorado, DLA e vagas suplementares, e que ele só pode ser virtual, é preciso passar para a discussão de como simplificá-lo, ao que todos concordaram. A Profa. Andrea enumerou as possíveis soluções apontadas para a realização do processo seletivo para o mestrado, já que não será possível a aplicação de prova presencial: análise de projeto e prova de defesa de projeto; análise de projeto, memorial e prova de defesa de projeto; análise de projeto e arguição oral de um livro durante a prova de defesa de projeto. A Profa. Andrea disse que o encerramento desta discussão pode ser postergado até a próxima reunião do Colegiado. A Profa. Maria da Conceição acredita que é preciso ter atenção no momento de elaboração dos temas para o edital, que não sejam muito gerais. Além disso, é preciso deixar explícito no edital a formatação do projeto, deixando claro para o candidato qual formato de projeto se espera. O Prof. Marcus Taborda concorda que este é um ponto vencido, mas quer deixar registrado que é contra o processo seletivo e quer deixar claro que esse não é um voto da linha de História da Educação. A Profa. Andrea pediu que o ponto seja rediscutido pelas linhas levando-se em consideração os caminhos apontados pelo Colegiado e que também seja revista pelas linhas a solicitação de vagas. A Profa. Vanessa Neves lembrou da importância de se discutir nas linhas a questão de o curso de mestrado contar com um tempo menor de realização, o que deve ser considerado.

2) Aprovação da Ata da Reunião do Colegiado do dia 27/04/20 – a ata foi aprovada por todos os membros do Colegiado.

3) Aprovação das Atas das Reuniões da Comissão para o Prêmio Capes de Teses 2020 e o Prêmio UFMG de Teses 2020 – A Profa. Andrea agradeceu a Comissão composta pelos Profs. Gilcinei, Tânia e Maria Carolina. Explicou que o Programa tem a prática de indicar a mesma tese tanto ao Prêmio Capes quanto ao Prêmio UFMG. Leu as atas elaboradas pela Comissão, ressaltando que a secretaria do Programa recebeu dos professores Adla Betsaida Martins Teixeira, Ana Lydia Bezerra Santiago, Daisy Moreira Cunha, Leôncio José Gomes Soares, Lúcia Helena Alvarez Leite, Marcus Aurélio Taborda de Oliveira, Maria Cristina Soares de Gouvêa, Shirley Aparecida Miranda, a indicação das teses de seus orientandos Tatyanne Gomes Marques, Bruna Simões de Albuquerque, Natália Valadares Lima, Geovania Lúcia dos Santos, Bárbara Bruna Moreira Ramalho, Sidmar dos Santos Meurer, Aline Regina Gomes, Carmen Regina Teixeira Gonçalves, contabilizando-se oito teses inscritas. A Comissão analisou todos os trabalhos e a tese intitulada “A política de reconhecimento de saberes do ponto de vista da atividade de trabalho docente na Educação Profissional”, de autoria de Natália Valadares Lima e sob a orientação da Profa. Daisy Moreira Cunha, foi indicada como representante do Programa para concorrer aos Prêmios Capes e UFMG de Teses. As atas foram aprovadas. A Profa. Andrea leu o adendo encaminhado pela Comissão com importantes considerações sobre o processo. O Prof. Gilcinei salientou que a falta de informações nas próprias teses trouxe dificuldade de análise do produto e ressaltou que o processo de pesquisa é muito mais qualificado do que o produto representa. Explicou que não era o propósito da comissão trazer esse tipo de caráter avaliativo, mas que esta era apenas uma observação que a Comissão gostaria que ficasse no horizonte. A Profa. Andrea agradeceu o trabalho da Comissão e disse que enviaria as atas e as recomendações para o conjunto dos professores.

4) Rodízio entre as linhas para atender às eventuais demandas do PPGE – A Profa. Andrea disse que sempre existe dificuldade quando é necessário instituir uma comissão no Programa e que a Profa. Renata sugeriu que fosse feito um rodízio entre as linhas para atender a essas demandas. A Profa. Renata ponderou que é necessário o espírito de coletividade, mas que este rodízio deve ser justo e equânime. Sugeriu que linhas maiores poderiam contribuir mais. O Prof. Marcus Taborda disse não ser contra a medida, mas gostaria de ponderar que existem lugares no Programa que são mais estáveis e que isso deve ser também levado em consideração e não apenas as demandas eventuais. A Profa. Renata defendeu que esta é também uma questão que diz respeito à organização da linha, pois o rodízio é entre as linhas e a linha decide qual de seus membros assume determinada tarefa. A Profa. Andrea deu o seguinte encaminhamento: submeter a

proposta da Prof. Renata à aprovação do Colegiado e, caso esta seja aprovada, a coordenação organizaria um modo como esta medida poderia ser implementada. O encaminhamento foi aprovado. **5) Prorrogação de bolsas CAPES e CNPq** – a Profa. Andrea informou que vários alunos indagaram a coordenação a respeito de como seria conduzido o processo de prorrogação de bolsas Capes e CNPq. Esclareceu que o CNPq estipulou o prazo de 06 de junho de 2020 para o encaminhamento dos pedidos de prorrogação de bolsas. Todo aluno com bolsa ativa pode fazer a solicitação e o CNPq irá julgar se o pedido é válido ou não e se prorrogará a bolsa por 60 dias. Em relação às bolsas Capes, é preciso que o Colegiado julgue se as prorrogações são pertinentes ou não. Também nesse caso, todos os alunos que têm bolsa ativa podem fazer a solicitação. Isto exposto, a Profa. Andrea levantou algumas questões: Quais alunos deverão ser atendidos? Quais alunos já tiveram suas pesquisas afetadas pela pandemia? A Profa. Andrea explicitou que a prorrogação não altera o número de bolsas do Programa e que deve ser levado em consideração que as bolsas prorrogadas corresponderão a bolsas a menos no início do semestre em março de 2021. A Profa. Andrea apresentou, então, uma proposta da coordenação: atender mestrandos com ingresso em 2018 e 2019 e doutorandos com ingresso em 2017, que é o grupo que a coordenação julga ser aquele mais afetado pela pandemia. Explicou que, em sua próxima reunião, o Colegiado deverá decidir sobre quais pedidos serão aprovados. A Profa. Tânia ponderou sobre por que não acrescentar os doutorandos ingressantes em 2018. O Prof. Ademilson afirmou que o impacto acontecerá em 2022 ou 2023. Caso as prorrogações sejam aprovadas, o impacto não incidirá apenas em 2021. A Profa. Maria da Conceição sugeriu que a questão fosse pensada na perspectiva de que o ano letivo em 2021 não tenha início em março. Nesse sentido, a prorrogação das bolsas dos mestrandos ingressantes em 2018 garantiria que essas bolsas não ficassem ociosas, o que poderia fazer sentido estrategicamente. A Profa. Andrea afirmou que as decisões têm sido tomadas com apostas, pois nada está claro. Acredita não ser necessário tomar uma decisão a respeito dos critérios neste momento, o que poderia ser feito na próxima reunião do Colegiado. A Profa. Renata disse que é preciso pensar quem está sendo mais impactado. Em sua opinião, o doutorando ingressante em 2018 está sendo mais impactado, pois estaria fazendo trabalho de campo neste momento. Já o doutorando ingressante em 2017, em tese, já teria feito o trabalho de campo. A Profa. Andrea acredita que não se deve fazer julgamento de valor. Em teoria, os doutorandos ingressantes em 2017 já teriam terminado o trabalho de campo e estariam na fase final de escrita, mas isso não é regra. A Prof. Ana Gomes indagou se a proposta seria prorrogar as bolsas pela mesma quantidade de meses para todos ou ver caso a caso. A Profa. Andrea ressaltou que o orientador deve julgar como está o andamento do trabalho porque ele precisa assinar esse pedido de prorrogação de bolsa e, na próxima reunião, o Colegiado irá decidir quais solicitações serão atendidas. Pede aos representantes de linha que levem aos professores uma certa racionalidade. É preciso ter critério e uma boa justificativa. A Profa. Andrea solicitou que a questão fosse discutida nas linhas para que o Colegiado possa definir os critérios na próxima reunião. **6) Atividades de Comunicação Científica** – A Profa. Andrea explicou que alguns alunos se inscreveram para eventos que não aconteceram devido à pandemia e alguns periódicos estão com dificuldades em publicar. Por esses motivos, a Profa. Andrea sugeriu que, no caso dos alunos que têm defesa prevista para 2020, o Colegiado aceite, para fins de integralização de créditos em Atividades de Comunicação Científica, trabalhos que tenham sido submetidos para publicação e não tenham sido necessariamente publicados. A proposta foi aprovada pelo Colegiado. **7) Homologação do Resultado do Processo Seletivo Doutorado 2020 após decisão judicial** – A Profa. Andrea relatou que o candidato Glauber Klay Carreiro Fidelis, que teve sua inscrição não homologada no Processo Seletivo Doutorado 2020, na linha de pesquisa Política, Trabalho e Formação Humana, entrou com uma ação na justiça contra o PPGE. A decisão judicial foi de reinserir o candidato no Processo Seletivo Doutorado 2020 na fase em que este foi eliminado. A Profa. Andrea explicou que, após consultar a PRPG e a PJ e tentar um acordo extra-judicial, o qual foi recusado pelo candidato, a coordenação decidiu por cumprir a decisão judicial, reinserindo o candidato no Processo Seletivo Doutorado 2020. Foi elaborado um novo calendário no qual constavam todas as etapas do processo previstas no edital nº 01/2019 e do qual o candidato foi informado. A Comissão Examinadora foi reinstituída pela linha Política, Trabalho e Formação Humana para a inserção do candidato na Primeira Etapa do Processo Seletivo Doutorado 2020, qual seja, Avaliação do Projeto de Pesquisa. O candidato foi

reprovado na Primeira Etapa. Informado do resultado, o candidato entrou com pedido de recurso. O recurso do candidato foi indeferido e o mesmo foi eliminado do Processo Seletivo Doutorado 2020, sendo esse o resultado final do referido processo. A Profa. Andrea submeteu o resultado final à homologação do Colegiado. O resultado final do Processo Seletivo Doutorado 2020 após decisão judicial foi homologado. **8) Aprovação de abertura de vagas para o Processo Seletivo 2021** – A solicitação de vagas para o Processo Seletivo 2021 será discutida na próxima reunião do Colegiado. **9) Aprovação do Parecer sobre projeto de pesquisa:** Tales Douglas Moreira Nogueira. **10) Aprovação de Aproveitamento de créditos em disciplinas eletivas/isoladas:** Alisson José da Silva Esteves Pereira, Cláudia Silva Ribeiro Cruz, Elândia dos Santos, Walquíria Almeida de Jesus, João Victor Jesus Nogueira, Maria Aparecida Calixto Faria, Pablo Henrique Teodoro de Lima, Priscylla Ramalho Dias Ferreira, Rodrigo Aparecido Estêvão. **11) Aprovação de pedido de credenciamento** da Profa. Isabel de Oliveira e Silva para co-orientação da aluna Cristiene de Souza Leite Galvão. **12) Aprovação de Prorrogação de Prazo para Defesa de Dissertação:** Ana Carolina Martins Lopes, orientanda de Nilma Lino Gomes, para 16/12/20; Letícia Souza Ribeiro da Costa, orientanda da Profa. Nilma Lino Gomes, para 17/12/20; Nelian Karolina Belico Marques Scarano, orientanda da Profa. Thais Nivia de Lima e Fonseca, para 11/12/20; Paulo Henrique de Souza Araújo, orientando do Prof. Filipe Santos Fernandes, para 30/12/20. **13) Outros assuntos:** A Profa. Andrea apresentou dois novos pareceres da CAAP sobre credenciamento de docentes. A Profa. Andrea explicou que no relatório da CAAP aprovado em reunião do Colegiado de 27 de abril de 2020, o Prof. Arnaldo de Moura Vaz da Silva constava como Professor Impedido de Oferecer Vagas (PIOV) por não ter apresentado o quarto produto para sua avaliação. O Prof. Arnaldo explicou que havia se equivocado no preenchimento de seu currículo lattes e pediu desculpas. Foi aprovado o credenciamento do Prof. Arnaldo de Moura Vaz da Silva como docente permanente. O segundo parecer da CAAP se refere ao Prof. Luiz Gustavo Franco Silveira que ingressou no Programa em 2019 como docente colaborador. A linha de pesquisa Educação e Ciências, da qual o docente faz parte, solicita o seu credenciamento como docente permanente. A solicitação foi aprovada. A Profa. Andrea submeteu, ainda, à aprovação do Colegiado as cartas de anuência para participação do Programa CapesPrInt, Chamada Interna PRPG 01/2020, dos Profs. Levindo Diniz Carvalho, Livia Maria Fraga Vieira e Adriana Araújo Pereira Borges. As cartas foram aprovadas. Nada mais havendo a tratar, a Profa. Andrea Moreno agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião e eu, Melissa Cobra Torre, Técnica em Assuntos Educacionais, em substituição à secretária do PPGE, Lorena Maia, lavei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim e pelos membros do Colegiado. Belo Horizonte, 18 de maio de 2020.